MIDAS

Museus e estudos interdisciplinares

9 | 2018

Varia

Rodrigo Christofolletti – *Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do ‘Soft Power’*

Cesar Agenor Fernandes da Silva

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/midas/1337>

DOI: 10.4000/midas.1337

ISSN: 2182-9543

Editora:

Alice Semedo, Paulo Simões Rodrigues, Pedro Casaleiro, Raquel Henriques da Silva, Ana Carvalho

Referência eletrónica

Cesar Agenor Fernandes da Silva, « Rodrigo Christofolletti – *Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do ‘Soft Power’* », *MIDAS* [Online], 9 | 2018, posto online no dia 25 janeiro 2018, consultado no dia 25 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/midas/1337> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/midas.1337>

Este documento foi criado de forma automática no dia 25 setembro 2020.

Midas is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 International License

Rodrigo Christofolletti – *Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do ‘Soft Power’*

Cesar Agenor Fernandes da Silva

REFERÊNCIA

Christofolletti, Rodrigo, org. 2017. *Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do ‘Soft Power’*. Santos (São Paulo): Leopoldianum. 466 páginas, ISBN: 978-85-60360-71-0.

- 1 Os patrimônios culturais, também chamados de bens culturais, tanto os materiais quanto os imateriais, são, antes de tudo, um cenário aberto para construções, perpetuações e ressignificações. Como os palimpsestos medievais, os bens culturais tiveram e têm uma gama variada de funções e de usos, contando com narrativas que transitam entre a tradição e a modernidade, a identidade local/nacional e a pertença a uma cultura/comunidade maior, no qual são, por vezes, regionalizados internacionalmente como elementos da cultura ocidental, oriental, latina, europeia, etc., e, em outras ocasiões, universalizados – no sentido iluminista do termo, ou seja, que engloba a humanidade.
- 2 Historicamente sabemos que na segunda metade do século XX, a criação e a consolidação de organismos internacionais, como a ONU e os seus braços institucionais, contribuíram sobremaneira para pautar as discussões acadêmicas e, sobretudo, as políticas de identificação, valorização e salvaguarda dos patrimônios culturais, especialmente no Ocidente. Como nos esclarece o historiador francês Dominique Poulot:

No decorrer do século XX, o patrimônio assume, cada vez mais explicitamente, sua implementação positiva, segundo juízos de valor que afirmam uma verdadeira escola. Os desafios ideológicos, econômicos e sociais extrapolam amplamente as fronteiras disciplinares (entre história, estética ou história da arte, folclore ou antropologia) –, como pode ser notado, no decorrer das décadas de 1970-1980, pelo reconhecimento de ‘novos patrimônios’, que abrange uma profusão de esforços públicos e privados em favor de múltiplas comunidades. Progressivamente, o entusiasmo pela promoção e valorização do patrimônio passa por uma verdadeira ‘cruzada’ no âmago ocidental. (Poulot 2009, 9)

- 3 No Brasil esta “cruzada” nunca esteve distante das discussões internacionais, desde os anos 1930 até aos nossos dias com a criação de órgãos responsáveis pela salvaguarda dos patrimônios nacionais, tanto as políticas públicas quanto as produções técnicas e científicas cresceram significativamente. No que toca às áreas do saber predominantes nesta discussão, destacamos os arquitetos urbanistas, os historiadores e os museólogos. Mais recentemente, a produção jurídica acadêmica e, especialmente, os antropólogos¹ voltaram os seus olhares para a seara patrimonial.
- 4 Antes de ressaltarmos o ascender das luzes investigativas sobre patrimônio cultural no campo de estudos das relações internacionais no Brasil, importa referir que a publicação da edição revista, em 2011, da obra *Diplomacia Cultural: Seu Papel na Política Externa Brasileira* (1.^a ed. 1989), pioneira na área no contexto brasileiro, do diplomata de carreira e cineasta Edgar Telles Ribeiro, demonstra uma tendência que é seguida na obra em análise nesta recensão.
- 5 *Bens Culturais e Relações Internacionais* é uma coletânea de textos organizada pelo historiador Rodrigo Christofolletti. A obra pretende refletir sobre o papel dos bens culturais em três dimensões: 1) Das relações entre Estados no cenário político internacional; 2) Como elementos representativos da diversidade e dos direitos humanos; 3) A internacionalização dos espaços urbanos e a sua eventual conexão cosmopolita com os elementos civilizacionais. É sobre estas três dimensões que se pauta a nossa análise.
- 6 Podemos destacar a originalidade da proposta temática do livro à medida que trazemos à tona o seu subtítulo *O Patrimônio como Espelho do ‘Soft Power’*. O *soft power*, ou “poder brando” em tradução livre, é um conceito cunhado por Joseph S. Nye Jr. que ganhou destaque quando o estudioso ocupou uma posição no departamento de defesa do governo Bill Clinton, nos anos 90 do século XX. Trata-se de entender que as produções culturais de um país, num sentido muito alargado, podem ser utilizadas e são elementos de diplomacia e, sobretudo, de exercício de poder nas relações entre Estados e povos distintos. Uma alternativa ou caminho simultâneo e complementar aos mecanismos tradicionais, ou como costumam dizer os internacionalistas brasileiros, as ferramentas amparadas na teoria realista nas relações internacionais.
- 7 Desde a introdução, o leitor é levado à reflexão sobre o uso do conceito adotado como elemento aglutinador dos textos, o *soft power*. Não se trata de um livro que corrobora sem pontos de reflexão e inflexão as teses de Nye Jr., mas que traz no seu próprio bojo uma alternativa teórica, ou melhor, um contraponto ao próprio enunciado da obra, como podemos ler no capítulo assinado pelo internacionalista Caio Martins Bugiato. Esse texto esmiúça o conceito e apresenta ao público as reflexões de Johan Galtung, que giram o caleidoscópio para o materialismo histórico dialético ao pensar as ações comunicacionais e culturais como elementos do imperialismo. Crítica essa que também podemos encontrar, por outro viés, no texto Simone Scifoni, cujo elemento central de

reflexão foge do conceito de globalização – tão popular na viragem do século XX para o XXI – e adota o termo mundialização, que por si só já é uma demonstração clara de contraponto e ancoragem em discussões da sociologia de Renato Ortiz e da geografia de Milton Santos.

- 8 Todavia, o leitor não deve acreditar que as quatro partes temáticas na qual a obra foi dividida fiquem restritas apenas às contraposições teóricas entre imperialismo e *soft power*, longe disso. A primeira parte do livro traz contribuições efetivas e de impacto para a discussão do património material e imaterial como categoria internacional e dos direitos humanos. Num mundo no qual os noticiários de grandes empresas e os canais independentes de informação existentes na rede mundial de computadores trazem constantemente notícias de destruição, roubo e contrabando de artefatos, construções e, até mesmo, de sítios arqueológicos milenares, as reflexões propostas na agenda levantada pelos estudiosos de distintas áreas do saber permitem que reflitamos acerca do direito de preservação e construção de uma memória diversa, multiétnica e ambivalente.
- 9 A discussão em torno dos direitos humanos dialoga direta e indiretamente com produções em língua inglesa, como *Cultural Heritage and Human Rights* (Silverman e Ruggles 2007), cujos discursos, por sua vez, se alinham com a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* de 2005 com a chancela da UNESCO.
- 10 A segunda parte do livro traz uma mescla de experiências de pesquisa e de etapas na construção do saber. Com textos compostos por discentes de programas de pós-graduação em relações internacionais, direito internacional e de iniciação científica, o leitor tem contato com estudos comparados sobre políticas de salvaguarda de património entre o Brasil e os seus vizinhos sul-americanos e, também, com o modelo de conservação patrimonial inglês ou no estudo crítico realizado por Vitor Mendes sobre as ações do Estado Islâmico em relação aos patrimónios culturais à luz do conceito de Nye Jr.
- 11 A terceira parte do livro concentra um bloco muito coeso de reflexões acerca dos espaços dedicados à narrativa da memória, os museus. Ao encarar a espacialização, as histórias contadas e a organização dos acervos e reservas técnicas, refletimos sobre o discurso internacional que se faz presente na ação local e circunscrita do espaço museológico, tanto do ponto de vista histórico ou genealógico da enunciação dos museus como espaços de representação dos bens culturais e, também, como territórios submetidos às políticas internacionais e negociações em torno de bens materiais científicos, como os fósseis, por exemplo – tema do capítulo assinado por Tiago R. Simões e Bruno Trece.
- 12 Por fim, mas não menos importante, na quarta parte do livro, arquitetos e turismólogos ganham voz para refletir sobre os espaços urbanos e o potencial económico no aproveitamento das atividades em torno dos patrimónios, casos muito bem aproveitados pelos chamados países desenvolvidos como, por exemplo, a França.
- 13 Conforme tentamos demonstrar, o leitor não encontrará uma única voz e tão pouco um único tom ao analisar a inserção dos bens culturais nas relações internacionais. Em poucas ocasiões a sua atenção será desviada para assuntos que possuem pouca ligação com a reflexão central – talvez fruto da própria natureza das coletâneas –, contudo, como mostra de um bom trabalho realizado pelo organizador em propor e dirigir as reflexões em torno de uma interface tão pouca explorada no Brasil sobre os bens culturais. Como bem enfatizou no prefácio o historiador Bernardo Buarque de

Hollanda, o que mais se destaca no livro organizado por Rodrigo Christofolletti são as possibilidades de multiplicação de questões que passamos a fazer com o término da leitura.

BIBLIOGRAFIA

Helaine Silverman e D. Fairchild Ruggles. 2007. *Cultural Heritage and Human Rights*. Nova York: Springer.

Poulot, Dominique. 2009. *Uma História do Patrimônio no Ocidente, Séculos XVIII-XXI: Do Monumento aos Valores*. São Paulo: Estação Liberdade. A edição francesa deste livro foi publicada em 2006.

Ribeiro, Edgar Telles. 2011. *Diplomacia Cultural: Seu Papel na Política Externa Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

NOTAS

1. Destacamos neste contexto as publicações das obras disponibilizadas no *website* da Associação Brasileira de Antropologia (ABA): <http://www.portal.abant.org.br>.

AUTORES

CESAR AGENOR FERNANDES DA SILVA

Universidade Católica de Santos, Brasil, cesar.agenor@gmail.com